



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
Nº. 03/2015

DATA: 17 de novembro de 2015

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: desde o dia 04 de novembro a partir das 10h00min até o dia 17 de novembro de 2015 com término às 9h00min.

VISTORIA: De 05 a 16 de novembro de 2015 - mediante agendamento, conforme item 6 do Anexo I - Termo de Referência.

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

CONSULTAS E/OU ESCLARECIMENTOS: caroline.peccin@portalcoren-rs.gov.br

O Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul - COREN-RS pessoa jurídica de direito público, criada pela Lei nº. 5.905, de 12 de julho de 1973, com sede na **Av. Plínio Brasil Milano, nº 1155 - Higienópolis - Porto Alegre/RS**, CEP 90520-002, CNPJ nº. 87.088.670/0001-90, representado, neste ato, por seu Presidente **DANIEL MENEZES DE SOUZA**, brasileiro, enfermeiro, inscrito no COREN-RS sob o nº. 105.771, através da Pregoeira Caroline Bordignon Peccin, designada pela Portaria nº 272/2015, vem tornar público o Edital de licitação na modalidade “**PREGÃO**”, na forma eletrônica, do tipo “**MENOR PREÇO TOTAL GLOBAL**”, objetivando a **contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de seguro automotivo para 13 (treze) veículos da frota do COREN-RS**, processando-se esta licitação nas condições estatuídas neste edital e nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e, ainda mediante aplicação da Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147/2014.

A contratação decorrente da presente licitação observará, ainda, o disposto nos artigos 757 a 802 do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002), no Decreto-Lei nº 73/66, no Decreto Federal nº 60.459/67, e nas “*Condições Contratuais de Seguro Comprehensivo Padronizado*”, aprovadas pelo Conselho Diretor da Superintendência de



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

Seguros Privados (SUSEP), conforme Circular SUSEP n.º 321, de 21 de março de 2006 e respectivas alterações.

O presente Edital encontra-se disponível aos interessados na Av. Plínio Brasil Milano, nº 1155 - Higienópolis - Porto Alegre/RS, bem como nos sites www.portalcoren-rs.gov.br e www.pregaobanrisul.com.br.

A sessão será conduzida pela Pregoeira com o auxílio da Equipe de Apoio, designada pela Portaria 361/2015 de 28 de outubro de 2015.

I. DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de seguro automotivo, total e contra terceiros, em todo o território nacional, para 13 (treze) veículos pertencentes à frota do COREN-RS, cuja contratação deverá ser realizada em rigorosa observância as especificações e detalhamentos constantes no **Anexo I - Termo de Referência** e **Anexo II - Preços Máximos de Referência**, deste Edital.

II. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimado em R\$ 24.610,00 (vinte e quatro mil seiscentos e dez reais) e correrão à conta **Elemento de Despesas nº 6.2.2.1.1.33.90.39.002.022 - Seguro de Bens Móveis**.

III. DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL

3.1. O Edital será divulgado no dia **04/11/2015**.

IV. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

4.1. Data de abertura das propostas: **17/11/2015**.

4.2. Hora limite para recebimento de propostas: **09 horas**.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

4.3. Hora da abertura das propostas: 09 horas e 02 minutos.

4.4. Hora da disputa de preços: 09 horas e 20 minutos.

4.5. Endereço Eletrônico da Sessão: <http://www.pregaobanrisul.com.br> ou <http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br>

4.6. Endereço para formalização de consultas e impugnações: caroline.peccin@portalcoren-rs.gov.br.

V. DO PROCEDIMENTO

5.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas etapas.

5.2. O certame será realizado utilizando-se o Sistema de Tecnologia da Informação, denominado Pregão Online Banrisul, conforme Termo de Convênio celebrado entre o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e o Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Rio Grande do Sul (COREN-RS).

5.3. Os trabalhos serão conduzidos por “Pregoeira” designada, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais formam o conjunto de operadores do sistema deste Pregão Eletrônico, responsáveis pela inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Pregão Online Banrisul”.

5.4. Compete à Pregoeira, diretamente, coordenar, dirigir e acompanhar o procedimento licitatório nas etapas de sua competência e os trabalhos da Equipe de Apoio, e, por meio da Equipe de Apoio:

- a) responder às consultas e impugnações que lhe forem formuladas pelos interessados, relativas ao Pregão;
- b) receber as propostas de preços;
- c) analisar a aceitabilidade das propostas e sua conformidade com as características mínimas exigidas neste Edital e seus Anexos;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

- d) classificar e desclassificar propostas, decidindo motivadamente;
- e) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta resultante do lance de menor preço;
- f) verificar o preenchimento dos requisitos de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar;
- g) declarar a licitante vencedora;
- h) receber, examinar e decidir sobre a admissibilidade dos recursos;
- i) adjudicar o objeto do certame, salvo se houver recurso, hipótese em que caberá ao Presidente do COREN-RS o ato da adjudicação;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo ao Presidente do COREN-RS para homologação;
- l) solicitar ao Presidente do COREN-RS a abertura de processo administrativo para apuração de irregularidades, visando à aplicação das penalidades previstas neste Edital e na legislação.

VI. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

6.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados à Pregoeira exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail caroline.peccin@portalcoren-rs.gov.br, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

6.2. As impugnações deverão ser feitas por escrito, com indicação de e-mail e protocolados junto à Pregoeira ou Equipe de Apoio, na sede do COREN-RS, no prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, conforme legislação vigente.

6.2.1. A resposta da impugnação será encaminhada ao solicitante por escrito, via e-mail.

6.2.2. O COREN-RS dará ciência pela Internet das consultas e respostas que julgar de interesse comum, ou daquelas que ensejarem alteração de qualquer informação constante do Instrumento Convocatório, por meio dos seguintes endereços eletrônicos: www.portalcoren-rs.gov.br e www.pregaonlinebanrisul.com.br.

6.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá a impugnante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

6.4. Caberá a Pregoeira decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.5. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.

VII. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas interessadas que estejam credenciadas junto à Seção de Cadastro da CELIC - Central de Licitações/RS, acessada por meio do sítio www.celic.rs.gov.br, e que atendam a todas as exigências editalícias.

7.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

7.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao COREN-RS responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.4. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão e será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

7.5. Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.

7.5.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo às demais cominações legais.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

7.6. Será vedada a participação de licitantes:

- a)** Declaradas inidôneas por ato do Poder Público. Caso participem do processo licitatório, estarão sujeitas às penalidades previstas no art. 97 da Lei nº. 8.666/93, por força do disposto no parágrafo único do mesmo artigo;
- b)** Sob processo de falência, concordata ou insolvência civil;
- c)** Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- d)** Estrangeiras que não funcionem no País;
- e)** Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, suspenso;
- f)** Empresas que tenham como sócios, gerentes ou diretores que sejam membro ou empregado em exercício no Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul e no sistema COREN's/COFEN, ou, ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, em linha reta, colateral ou por afinidade, dos respectivos membros e empregados do COREN-RS;
- g)** Empresas que tenham como empregados a serem utilizados na prestação dos serviços parentes até o terceiro grau dos membros ou empregados do COREN-RS;
- h)** A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

7.7. Não poderão beneficiar-se do regime diferenciado e favorecido em licitações, concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, aquelas empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º, com a exceção do parágrafo seguinte, ambos do mesmo diploma legal.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

7.8. No ato do recebimento do Edital do Pregão Eletrônico nº. 03/2015 e seus Anexos deverá a interessada verificar seu conteúdo, não sendo admitidas reclamações posteriores sobre eventuais omissões.

VIII. DAS PROPOSTAS

8.1. A partir da publicação/divulgação deste Edital no sítio informado neste Instrumento, poderão ser encaminhadas as propostas de preços das licitantes interessadas, através do site www.pregaobanrisul.com.br

8.1.1. O prazo máximo para apresentação das propostas é conforme especificado no item 4.2.

8.1.2. A licitante deverá, na forma expressa no sistema eletrônico, apresentar proposta de preços de acordo com as especificações dos Anexos I, II e III.

8.2. O encaminhamento da proposta pressupõe adesão, pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas neste Edital. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e seus lances.

8.3. Deverá ser elaborada conforme modelo do **Anexo III - Proposta**, em papel com timbre da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada, rubricada em todas as folhas e ao final assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, mediante procuração.

8.4. A proposta de preço deverá ser encaminhada nos termos deste Edital, devendo constar, sob pena de a proponente ser desclassificada, o seguinte:

8.4.1. a **descrição completa e detalhada do objeto**, com a indicação das demais informações necessárias à sua perfeita identificação;

8.4.2. a **indicação exata do preço** incluindo todas as despesas, fretes, remoções, impostos, emolumentos, taxas, comissões, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, e outros pertinentes ao objeto licitado, não se admitindo, a qualquer título, acréscimos sobre o valor proposto.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

8.4.3. a indicação do nome da empresa, endereço, telefone, fax (se houver), e-mail (se houver), CNPJ e nome da pessoa responsável.

8.4.4. a indicação do prazo de validade da proposta, cujo mínimo será de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão do Pregão, conforme prescrição do artigo 6º da Lei Federal nº 10.520/02. Se na proposta não constar o prazo de validade, subentender-se-á o de 60 (sessenta) dias.

8.5. Até a data e horário limite indicados nos itens 4.1 e 4.2 deste Edital, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.6. Serão desclassificadas as propostas que contiverem opções alternativas, divergirem ou não atenderem aos termos deste Edital assim como as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente.

8.7. O *upload* da proposta no site www.pregaobanrisul.com.br será de total responsabilidade da licitante, a qual deverá se certificar de que a proposta anexada seja visível e legível em sua integridade, em folha de tamanho A4, sem a necessidade de qualquer ação da Pregoeira salvo abrir e imprimir o arquivo, sob pena de desclassificação.

8.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e de seus anexos, bem como as omissas, as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e as que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, exorbitantes ou iguais à zero.

8.9. O preço será apresentado pela licitante consoante o **Anexo III - Modelo de Proposta**.

IX. DA SESSÃO DO PREGÃO

9.1. A partir do horário previsto terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, onde a Pregoeira verificará as propostas apresentadas, classificando aquelas que atendam ao Edital e desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

9.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.3. Os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas se enquadram nessa(s) categoria(s).

9.3.1. A ausência da declaração, naquele momento, significará a desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar Federal nº 123/2006.

9.4. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes deverão estar conectadas ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado os participantes serão, imediatamente, informados de cada lance com respectivo horário de registro e valor.

9.5. A licitante poderá oferecer lances sucessivos, desde que inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.

9.7. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

9.8. No caso de desconexão da Pregoeira, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa às licitantes.

9.9. A Pregoeira encerrará a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 10 (dez) minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances e iniciado o tempo randômico.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

9.10. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do Edital.

9.10.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.10.2. Iniciada a negociação pela Pregoeira, a licitante terá 05 (cinco) minutos para se manifestar. Decorrido o prazo sem manifestação, a Pregoeira encerrará a negociação e poderá reabri-la mediante pedido justificado.

9.11. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.12. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar nº 123/2006.

9.12.1. Entende-se por empate quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada. O Sistema informará às empresas que se enquadrarem no subitem 9.12.

9.12.2. Não ocorrerá o empate se a proposta melhor classificada já for de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

9.12.3. Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado. A proposta deverá ser apresentada no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a partir da solicitação da Pregoeira, sob pena de preclusão.

9.12.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 9.12.1, será realizado sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.12.5. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o item 9.12.3, serão convocadas as remanescentes que



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

porventura se enquadrem na hipótese do item 9.12.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.13. A proponente primeira classificada deverá encaminhar sua proposta definitiva de preços, digitalizada, via sistema de pregão eletrônico, no prazo máximo de 02 (duas) horas (este prazo será interrompido às 18 horas, voltando a correr às 10 horas do dia útil subsequente), a contar do encerramento da sessão pública virtual, com posterior encaminhamento do original no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de encerramento da sessão pública virtual.

9.14. A proposta deverá ser assinada pela licitante ou seu representante legal, redigida em português de forma clara, não podendo ser manuscrita e nem conter rasuras ou entrelinhas, observados os itens 8.3 e 8.4 deste Edital.

9.15. Satisfeito o atendimento das exigências fixadas neste Instrumento e inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.

X. DO PREÇO MÁXIMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO:

10.1. Para fins de valor máximo, a partir de cotações prévias, a serem pagos pelo Contratante à Contratada pela prestação dos serviços do objeto do presente Edital, utilizam-se como preço máximo os valores constantes do **Anexo II - Preço Máximo de Referência**.

10.2. As propostas deverão indicar o valor total global da contratação, sendo que este não poderá ultrapassar o preço máximo de referência previsto no Anexo II - Preço Máximo de Referência, sob pena de desclassificação da empresa licitante.

10.3. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências e condições deste edital, em especial que ultrapassem o preço máximo de referência indicado no Anexo II.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

XI. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 Para fins de habilitação, a licitante declarada vencedora deverá encaminhar os documentos a seguir relacionados, todos digitalizados, no prazo de até 02 (duas) horas (este prazo será interrompido às 18 horas, voltando a correr às 10 horas do dia útil subsequente) da comunicação da Pregoeira, via sistema de pregão eletrônico, devendo os mesmos ser entregues em até 03 (três) dias úteis na Divisão de Licitações e Contratos do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul, sito Avenida Plínio Brasil Milano, n.º 1155, Higienópolis, Porto Alegre– RS, CEP 90.520-002.

11.2. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados por cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por funcionário da Divisão de Licitações e Contratos do COREN-RS.

11.2.1. No caso de autenticação por funcionário desta Autarquia, as licitantes deverão apresentar os originais da documentação e 1 (uma) cópia para fins de autenticação na Divisão de Licitações e Contratos do COREN-RS.

11.2.2. Não serão autenticadas as certidões emitidas pela internet, tendo em vista que a veracidade das mesmas é verificada on-line.

11.3. Constatado o atendimento aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será declarada vencedora do certame.

11.4. Para que a licitante seja declarada vencedora deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:

11.4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou última alteração, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

b) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “a”, deste subitem;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

c) ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

11.4.2. REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) certidão de regularidade junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal da sede da licitante, bem como junto à Secretaria da Receita Federal, na forma da lei;

d) certidão de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) certidão negativa de débitos trabalhistas - (CNDT).

11.4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidões Negativas de Falência ou Concordata, expedidas pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede da licitante;

b) Onde não houver uma Central de Certidões do Tribunal de Justiça, deverá ser apresentada Certidão emitida pela Secretaria do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede da licitante constando à quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Concordata, bem como, deverão ser apresentadas as certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

documento;

c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

d) Comprovação de boa situação financeira com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) através de demonstração contábil do último exercício social da licitante (item 7.1, inciso V, da IN/MARE n.º 05/95);

e) As empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 01 (um), em qualquer dos índices, deverão comprovar possuir patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação (Art. 31, §3º da Lei 8.666/93 e item 7.2 da IN/MARE n.º 05/95), sob pena de inabilitação;

f) A documentação referente à qualificação econômico-financeira poderá ser dispensada quando o valor do objeto ficar situado até o limite do disposto no art. 23, inciso II, alínea "a" da Lei n. 8.666/93.

11.4.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Deverão ser apresentadas pelo menos duas 02 (duas) comprovações de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto da licitação, na forma do art. 30, II, da Lei nº. 8.666/93, mediante atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, impresso em papel timbrado do emitente contendo razão social, CNPJ, endereço completo da Contratante e da Contratada, características dos serviços realizados, período de realização, data de emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado, sem rasuras ou entrelinhas;

b) Deverão ser apresentadas todas as certificações, comprovações técnicas e exigências previstas no Termo de Referência - Anexo I.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

11.4.5. DECLARAÇÃO RELATIVA À MÃO DE OBRA (menor):

a) Declaração de que as empresas não utilizam mão de obra direta ou indireta de menores, conforme disposições contidas na Lei Federal nº. 9.584, de 27 de outubro de 1999, de acordo com o modelo **Anexo IV - Declaração Relativa à Mão de Obra (menor)**.

11.4.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES E DOCUMENTOS:

a) Declaração conforme **Anexo V - Declaração de Compromisso e Idoneidade**, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo Representante Legal da Licitante ou Procurador credenciado, desde que haja poderes outorgados na Procuração, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública;

11.5. As certidões mencionadas no item 11.4. poderão ser substituídas, em parte, pelo registro no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, que inclui o atendimento aos itens 11.4.1 e 11.4.2, com exceção das alienas “d” e “e” e 11.4.3, com exceção do item “a”. As licitantes não cadastradas no SICAF que apresentarem Certificado de Registro Cadastral - CRC - expedido por qualquer órgão ou entidade pública poderão ser dispensadas de apresentar os documentos de habilitação jurídica (item 11.4.1).

11.6. No julgamento das certidões referentes à regularidade fiscal (item 11.4.2) apresentadas pelas microempresas e/ou empresas de pequeno porte, serão observadas as disposições da LC nº 123/06, em especial seus arts. 42 e 43.

11.7. Em havendo alguma restrição quanto às certidões mencionadas no item 11.6 (item 11.4.2), será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, para a apresentação de nova documentação, sem restrições.

11.7.1. Não terá direito ao prazo previsto no item anterior a microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha deixado de apresentar algum dos documentos relativos à Regularidade Fiscal;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

11.7.2. A irregularidade da documentação relativa à Regularidade Fiscal, no prazo constante do subitem 11.7, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Pregão, sendo facultado ao COREN-RS convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

11.8. OBSERVAÇÕES

11.8.1. O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado;

11.8.2. Não serão aceitas certidões positivas de débito, exceto quando constar da própria certidão ressalva que autorize a sua aceitação;

11.8.3. Todos os documentos apresentados para comprovar a habilitação da licitante deverão corresponder ao seu CNPJ, vez que não será admitida a apresentação de documentos de estabelecimentos diversos, ressalvadas as certidões que só possam ser emitidas por meio do CNPJ da Matriz;

11.8.4. Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 90 (noventa) dias entre a data de sua expedição e a da abertura do certame;

11.8.5. Só serão aceitos certificados de registro cadastral cujo objeto seja, comprovadamente, compatível com o objeto licitado;

11.8.6. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que apenas comprovem o seu requerimento.

XII. DO JULGAMENTO

12.1. Serão desclassificadas as propostas que contiverem opções alternativas, que divergirem dos termos deste Edital, que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente.

12.2. Serão desconsideradas, para efeito de julgamento, vantagens não pedidas neste Edital.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

12.3. A adjudicação será feita à empresa que apresentar a proposta com o **MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo considerada a vencedora do certame.

12.4. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão os primeiros.

XIII. DOS RECURSOS

13.1. Ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, com registro no sistema da síntese das suas razões, no que lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual período, que começará a contar do término do prazo do recorrente.

13.1.1. Os recursos serão interpostos por escrito e encaminhados pelo sistema eletrônico até as 17 horas do último dia do prazo, do subitem anterior, e dirigidos, por intermédio da Pregoeira, ao Presidente do COREN-RS.

13.2. Decorrido o prazo de 02 (duas) horas de que trata o item 11.1 do Edital, abrir-se-á, imediatamente, o prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, mediante justificativa da Pregoeira, para que os participantes, querendo, tenham acesso aos documentos de habilitação enviados pelo vencedor à Divisão de Licitações e Contratos do COREN-RS.

13.3. No curso do prazo descrito no item 13.2, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente perante a Pregoeira a intenção de impugnar os documentos de habilitação, ao que lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões escritas, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual período.

13.4. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

13.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto desta Licitação à vencedora e homologará o procedimento.

13.7. Os recursos interpostos fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.

XIV. DA ADJUDICAÇÃO

14.1. Verificado o atendimento às condições de habilitação da proponente que ofertou o menor preço global, esta será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o respectivo objeto.

14.2. Se a primeira proponente classificada não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação das proponentes classificadas, na ordem de classificação, até que se encontre proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

XV. DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Decorridas as fases anteriores, a decisão será submetida à Presidência do COREN-RS para homologação.

15.2. A adjudicação dos objetos ou a homologação do resultado desta licitação não obriga o COREN-RS à aquisição dos objetos licitados.

XVI. DA CONTRATAÇÃO

16.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante Contrato, com emissão de Empenho, conforme **Anexo VI - Minuta de Contrato** deste Edital.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

16.2. A Adjudicatária deverá, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data da convocação, comparecer na **Av Plínio Brasil Milano, nº 1155 - Higienópolis - Porto Alegre-RS**, para retirada do Empenho/Contrato.

16.3. Caso a licitante vencedora não apresente situação fiscal regular no ato da retirada da Nota de Empenho/Contrato, ou caso venha a recusar-se a retirá-la, injustificadamente, dentro do prazo estabelecido no item 16.2 e durante o prazo de vigência de sua proposta, decairá do direito à contratação, sem prejuízo de sujeitar-se às sanções cabíveis, reservando-se o COREN-RS para si o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, convocar a próxima licitante na ordem de classificação ou revogar a licitação.

16.4. A licitante remanescente convocada na forma do item 16.3 se obriga a atender à convocação e retirar a Nota de Empenho e o Contrato no prazo fixado pelo COREN-RS, ressalvado o caso de vencimento da respectiva proposta, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa injustificada ou de não atendimento das condições de habilitação.

16.5. O objeto desta licitação deverá ser executado após o recebimento da Nota de Empenho/Contrato, e deverá estar de acordo e conforme as regras nele estabelecidas, correndo por conta da Contratada todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem em razão da prestação dos serviços.

16.6. O prazo para a retirada da Nota de Empenho/Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo COREN-RS.

XVII. DAS PENALIDADES

17.1. A adjudicatária estará sujeita às penalidades abaixo estipuladas, que só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, pela contratada, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual, e/ou



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao COREN-RS.

17.1.1. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o preço máximo de referência constante no Anexo II, pela recusa de fornecimento ou pela falta da apresentação da documentação necessária para tal.

17.1.2. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis, as licitantes que deixarem de entregar documentação exigida na licitação ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta ou lance, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para fornecimento do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o COREN-RS pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

17.2. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério do COREN-RS e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber em razão do fornecimento. Não havendo pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

17.3. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

17.4. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

17.4.1. Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos à Presidência do COREN-RS.

17.5. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada na sede do COREN-RS.

XVIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o foro da Justiça Federal da sede do COREN-RS.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

18.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.3. É facultado à Pregoeira:

18.3.1. A promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase do Pregão, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta.

18.3.2. No julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.3.3. Convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

18.4. As proponentes intimadas para quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

18.5. Durante toda a execução do Contrato, a adjudicatária se obriga a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Licitação.

18.6. A autoridade competente somente poderá revogar o procedimento licitatório em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.7. Aplicam-se, no que couber, as disposições contidas, em especial, nos artigos 77, 78, 79, 80, 81, 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93.

18.8. As licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o COREN-RS não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

18.9. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.10. O resultado do presente certame será divulgado nos endereços eletrônicos www.portalcoren-rs.gov.br e www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

18.11. Os demais atos pertinentes a esta licitação passíveis de divulgação serão publicados no DOU.

18.12. Para contagem de prazos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, considerando-se prorrogado até o 1º dia útil subsequente se o vencimento cair em dia sem expediente no COREN-RS.

18.13. Será rejeitada a proposta que apresentar valor zero ou irrisório, incompatível com os preços de mercado.

18.14. Nos preços propostos e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados através de lances, deverão estar inclusos todos os custos necessários à execução do objeto licitado, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham incidir sobre os mesmos.

18.14.1. Os números posteriores à segunda casa decimal serão desconsiderados pela Pregoeira.

18.14.2. Em caso de divergência entre a discriminação dos valores escritos em algarismos e os expressos por extenso, serão considerados os valores lançados no sistema do Pregão Online Banrisul.

18.15. A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, iniciando-se na data de assinatura do contrato, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses.

18.16. Não será concedido reajuste ou correção monetária dos valores contratados caso a vigência seja inferior a 1 (um) ano. No caso de prorrogação contratual, com vigência superior a 1(um) ano, poderá ser concedido reajuste pelo índice acumulado anual do IGPM-FGV ou, se este for extinto, por outro que venha a substituí-lo.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

18.17. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira ou pela Autoridade Competente.

18.18. Integram o presente Edital, para todos os efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Preços Máximos de Referência;

Anexo III - Modelo de Proposta;

Anexo IV - Declaração Relativa à Mão de Obra (menor);

Anexo V - Declaração de Compromisso e Idoneidade;

Anexo VI - Minuta do Contrato.

Porto Alegre, 29 de outubro de 2015.

Caroline Bordignon Peccin
Pregoeira do COREN-RS



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. O presente objeto visa à contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de seguro automotivo, total e contra terceiros, em todo o território nacional, para 13 (treze) veículos da frota do COREN-RS, conforme condições e especificações a seguir:

1.1.1. Unidades: 11 (onze) veículos Fiat Uno Economy com as seguintes e principais características:

- Evo Fire Flex 5P, ano/modelo 2014/2014
- Motor 1.4, 88 cavalos, 8v com tração dianteira;
- Cinco portas, carrocerias monobloco, dois volumes;
- Combustível gasolina e álcool (flex);
- Ar condicionado;
- Trava elétrica nas portas;
- Alarme;
- Vidro elétrico nas portas dianteiras.

1.1.2. Unidade: 01 (um) veículo Renault Sandero Expression com as seguintes e principais características:

- Hi-Flex, ano/modelo 2010/2011;
- Motor 1.0, 76 cavalos, 16v com tração dianteira;
- Cinco portas, carrocerias monobloco, dois volumes;
- Combustível gasolina e álcool (flex);
- Ar condicionado;
- Vidro elétrico nas portas dianteiras;
- Trava elétrica nas portas;
- Alarme perimétrico.

1.1.3. Unidade: 01 (um) veículo Ford Focus Sedan com as seguintes e principais características:

- Modelo 2L FC FLEX, ano/modelo 2013/2013;
- Motor com potência mínima de 148 cavalos;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

- Quatro portas;
- Combustível gasolina e álcool;
- Transmissão automática;
- Freios ABS;
- Ar condicionado quente e frio;
- Direção hidráulica;
- Travas e vidros elétricos;
- Barras longitudinais no teto;
- Airbag duplo frontal;
- Roda de liga leve;
- Alarme com controle remoto.

1.2. Dados atualizados da frota de veículos do COREN-RS:

ÍTEM	DADOS DOS VEÍCULOS	KM ATUAL	Subseção/Sede
01	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574780, Renavam 01004387706, Placas IVM 5491	14.544 KM	Caxias do Sul
02	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574832, Renavam 01004387005, Placas IVM 5445	27.469 KM	Passo Fundo
03	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574747, Renavam 1004390693, Placas IVM 5513	24.872 KM	Pelotas
04	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574466, Renavam 01004390626, Placas IVM 5517	21.524 KM	Santa Cruz do Sul
05	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano	24.806 KM	Santa Rosa



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

	2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574783, Renavam:01004389083, Placas IVM 5490		
06	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574676, Renavam 01004388613, Placas IVM 5492	23.202 KM	Uruguaiana
07	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574723, Renavam 01004391010, Placas IVM 5518	34.825 KM	Porto Alegre
08	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BF195173E0575128, Renavam 01125068326, Placas IVT 6525	16.370 KM	Porto Alegre
09	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574673, Renavam:01004390138, Placas IVM 5516	11.032 KM	Porto Alegre
10	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574672, Renavam 01004391142, Placas IVM 5521	24.059 KM	Porto Alegre
11	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574680, Renavam:01004388338, Placas IVM 5474	26.724 KM	Santa Maria
12	Automóvel Renault Sandero Expression 1.0 16V, ano 2010/2011, cor branca, 05 portas, 05 lugares,		Porto Alegre



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

	04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica multiponto e equipamentos padrão, Chassi 93YBSR7RHB663570, Renavam 259317730, Placas IRI 6223	55.447 KM	
13	Automóvel Ford Focus, ano 2013/2013, cor preta, 04 portas, 05 lugares, álcool/gasolina, câmbio automático, injeção eletrônica, Chassi 8AFT77FFCDJ152749, Renavam 00569037549, Placas IUT 0390	65.137 km	Porto Alegre

1.2.1. Os veículos vinculados as subseções/sedes encontram-se nos seguintes endereços:

- **Porto Alegre:** Av. Plínio Brasil Milano, 1155;
- **Caxias do Sul:** R. Pinheiro Machado, 2659 sala 602;
- **Passo Fundo:** R. Moron, 1324 sala 703;
- **Pelotas:** R. Barão de Santa Tecla, 583 sala 705;
- **Santa Cruz do Sul:** R. 28 de Setembro, 2212 sala 504;
- **Santa Maria:** R. Dr. Alberto Pasqualini, 35 sala 101;
- **Santa Rosa:** R. Minas Gerais, 55 sala 604;
- **Uruguaiana:** R. 15 de Novembro, 1426 sala 20.

2. DA COBERTURA E ASSISTÊNCIA:

2.1. O seguro deve ser realizado de acordo com o valor determinado, na modalidade “frota”.

2.2. O tipo de cobertura será total e/ou abrangente.

2.3. A importância assegurada para cada veículo será determinada pelo valor de mercado constante da tabela FIPE, observado o limite do valor de franquia definido no Anexo II, item 1.

2.4. As coberturas serão cotadas levando em consideração os seguintes valores:

- a) CASCO (Colisão, incêndio, explosão, furto e roubo): valor do mercado 100%;
- b) RCF/DMT (Danos Materiais a Terceiros): R\$ 100.000,00 (por veículo);
- c) RCF/DPT (Danos Pessoais a Terceiros): R\$ 100.000,00 (por veículo);



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

- d) RCF/DM (Danos Morais a Terceiros): R\$ 50.000,00 (por veículo);
- e) APP/MORTE (Acidentes Pessoais Passageiros): R\$ 25.000,00 (por ocupante);
- f) APP/INVALIDEZ (Acidentes Pessoais Passageiros): R\$ 25.000,00 (por ocupante);
- g) DMH (Despesas Médicas Hospitalares): R\$10.000,00 (por ocupante).

2.5. O valor da franquia, em caso de sinistro deve ser de, no máximo, R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) para cada unidade do item 1.1.1 e, R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para os itens 1.1.2 e 1.1.3, devendo observar os limites do valor individual de cada franquia.

3. PARÂMETROS MÍNIMOS DA COBERTURA:

3.1. O seguro deverá cobrir também os itens abaixo relacionados:

- a) colisão, incêndio, explosão, furto e roubo, bem como danos causados por tentativa de furto e/ou roubo, incluindo os vidros;
- b) abaloamento;
- c) capotagem;
- d) queda de precipícios e de pontes;
- e) queda acidental sobre o veículo de qualquer objeto ou substâncias que dele não faça parte integrante e não esteja nele afixado;
- f) granizo;
- g) furacão;
- h) terremoto;
- i) submersão total ou parcial;
- j) cobertura de vidros e retrovisores;
- k) prestação de serviços de socorro ou salvamento decorrente de um dos riscos cobertos;
 - i) prestação de assistência de emergência 24 (vinte e quatro) horas para veículos, passageiros e motoristas;
 - j) carro reserva 15 (quinze) dias;
 - l) guincho 200 Km (duzentos quilômetros), considerado a vinculação do veículo à subseção/sede.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

4. FATORES E CONDIÇÕES DE DIMINUIÇÃO DE RISCOS:

4.1. Deverá ser levado em conta, na efetivação do seguro, que os veículos objeto deste Termo, estão localizados em Municípios diversos, onde pernoitam e permanecem durante os fins de semana e feriados em garagem privada coberta e guardada por vigilância ostensiva durante 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas;

4.2. São conduzidos, exclusivamente, por motoristas habilitados(as).

4.3. Têm baixa quilometragem, na sua maioria, e estão em ótimo estado de conservação.

4.4. Os veículos são utilizados de 2ª a 6ª feira, podendo ainda eventualmente, serem ocupados aos sábados, domingos e feriados.

5. ESPECIFICAÇÃO DAS COBERTURAS:

5.1. Colisão, incêndio, explosão, furto e roubo

- a) Danos causados no próprio veículo;
- b) Casco e demais superfícies;
- c) Vidros e retrovisores.

5.2. Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCF-V

5.2.1. Danos Pessoais/Corporais (DC);

- a) Morte;
- b) Invalidez Permanente e Parcial;
- c) Danos Morais.

5.2.2. Acidentes Pessoais Passageiros – APP;

- a) Morte;
- b) Invalidez Permanente e Parcial;
- c) Despesas Médicas e Hospitalares.

6. DA VISTORIA:

6.1. Não será exigida vistoria prévia aos veículos, ficando a mesma a critério da(s) interessada(s).

6.2. Não será aceita em hipótese alguma, e, a qualquer tempo, a alegação de desconhecimento em relação ao estado dos veículos.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

6.3. As vistorias, se consideradas necessárias, deverão ser procedidas por pessoa indicada pela interessada, mediante prévio agendamento telefônico (51) 3378-5559, no período previsto no preâmbulo do edital, considerado os endereços constantes no subitem 1.2.1.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. Proceder aos consertos obrigatoriamente em concessionária autorizada ou em empresa credenciada indicada pela CONTRATADA, desde que tenha a aprovação do CONTRATANTE, e a reposição de peças seja efetuada mediante utilização de peças originais.

7.2. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados.

7.3. Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data da assinatura do contrato.

7.4. Indicar o representante legal da CONTRATADA para orientar, acompanhar e instruir procedimentos relacionados a eventuais sinistros envolvendo a prestação de serviço contratado.

7.5. Ressarcir os eventuais prejuízos ao CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas pelos empregados ou prepostos da CONTRATADA na execução dos serviços contratados.

7.6. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados.

7.7. Garantir, em caso de perda total, a cobertura de 100% (cem por cento) do valor fixado pela Tabela FIPE.

7.8. Emitir apólice com base nas informações do contrato e da proposta vencedora do processo licitatório.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

7.9. Prestar atendimento imediato no caso de sinistro, mantendo central telefônica 24 (vinte e quatro) horas para atendimentos para a assistência mecânica e socorro, inclusive guincho, em todo o território nacional.

7.10. Disponibilizar guincho para quilometragem de até 200 km (duzentos quilômetros), considerado a vinculação do veículo à subseção/sede.

7.11. Fornecer, gratuitamente, veículo reserva similar ao veículo segurado pelo período de 15 (quinze) dias sucessivos, em caso de roubo, furto e sinistro com perda total.

7.12. Indicar 01 (um) profissional de seu quadro funcional para ser o responsável junto ao CONTRATANTE e responder pela correta execução dos serviços, disponibilizando e-mail e telefone.

7.13. Não transferir a terceiros o presente contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento expresso do CONTRATANTE.

7.14. Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento em razão do presente contrato.

7.15. Solicitar, se necessário, esclarecimentos para o regular cumprimento dos termos contratuais.

7.16. Pagar todos os tributos, impostos, taxas, encargos sociais, previdenciários e fiscais, além de despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do contrato.

7.17. Apresentar, durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na presente contratação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e outros.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

7.18. Cumprir e fazer cumprir leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações das autoridades competentes, cabendo-lhes total responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão sua ou de seus prepostos.

7.19. Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.20. Indexar as importâncias seguradas em conformidade com a legislação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Parágrafo único - A SEGURADORA obriga-se, também, a entregar a apólice de seguros mencionada no item 7.8. no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da publicação da súmula do contrato no Diário Oficial da União.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

8.1. Comunicar à Contratada a ocorrência de quaisquer sinistros, durante a vigência do Contrato a ser firmado.

8.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato a ser firmado e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

8.3. Designar representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

8.4. Fornecer à Contratada todas as informações necessárias em relação aos veículos.

9. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:

9.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, iniciando-se na data de assinatura do referido contrato, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses.

10. OBSERVAÇÕES GERAIS:

10.1. A empresa Contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

10.2. A vistoria por ventura feita nos veículos correrá por conta da seguradora, sem ônus para o Conselho.

10.3. O prazo de execução dos serviços em caso de ocorrência de sinistro ou acidente, é de no máximo 30 (trinta) dias.

10.4. A seguradora deverá emitir documento que contenha os dados do seguro e dos veículos segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), vigência do seguro, condições gerais e particularidades que identifiquem o risco, assim como, prever o endosso de inclusão e exclusão ou de ampliação de valor segurado para cada veículo.

10.5. A empresa licitante poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais como bônus na renovação e outras, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada.

10.6. O valor base para cálculo do seguro será extraído da Tabela FIPE, sendo que os valores do prêmio, coberturas e franquias, serão os previstos em tabela da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Brasil.

11. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato a ser definido pelo COREN-RS o qual será nomeado por meio de portaria.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, após a assinatura do contrato e entrega das apólices, em 04 (quatro) parcelas iguais, através de boletos bancários, que deverão ser apresentados no Departamento Financeiro do COREN-RS, bem como a Fatura, que deverá ser emitida em 02 (duas) vias, devendo conter no corpo da Fatura, a descrição do objeto, o número do contrato, número da Ordem de Serviço, o número da Nota de Empenho, com o código de barras para pagamento.

12.2. Na hipótese da Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, o Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, de acordo com o relatório emitido pela Tesouraria,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que o Contratante terá o prazo de cinco 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e o pagamento.

12.3. O pagamento será efetuado em moeda nacional, após efetivamente atestado pelo fiscal do contrato.

12.4. O COREN-RS reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a CONTRATADA não tiver prestado o serviço conforme o objeto contratado.

12.5. O pagamento somente poderá ser efetuado se a CONTRATADA estiver em situação fiscal regular, consoante exigências legais.

12.6. A empresa contratada deverá reter na nota fiscal os tributos incidentes sobre o fornecimento do produto, quais sejam, IR (Imposto de Renda), contribuições para o PIS/PASEP, COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), considerando o disposto na Lei nº 9.430/96, Lei nº 10.833/2003, com última alteração pela Lei nº 12.207/11 e Instrução normativa nº 1234/12 e a natureza jurídica autárquica do contratante.

12.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo COREN-RS, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% a.a (seis por cento ao ano), mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; V = valor a ser pago; I = índice de atualização financeira = 0,0001643.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

ANEXO II - PREÇOS MÁXIMOS DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO COREN-RS Nº 03/2015

Critério de aceitabilidade de preços: com base no apurado nos autos do PAD nº 319/15, adotam-se como critério de aceitabilidade os preços máximos de referência (relativos ao prêmio) constantes na tabela a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	Valor total global máximo de referência
Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de seguro automotivo, total e contra terceiros, em todo o território nacional, para os 13 (treze) veículos da frota do COREN-RS.	R\$ 24.610,00 (vinte e quatro mil seiscientos e dez reais)

1. Serão sumariamente desclassificadas as propostas que apresentarem valor acima do máximo de referência, ou seja, R\$ 24.610,00 (vinte e quatro mil seiscientos e dez reais), bem como, não observarem o limite máximo estabelecido de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) para cada unidade do item 1.1.1 e de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para os itens 1.1.2 e 1.1.3. do Anexo I - Termo de Referência.

1.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

2. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências e condições deste edital, em especial que ultrapassem o preço máximo de referência de R\$ 24.610,00 (vinte e quatro mil seiscientos e dez reais).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA
PREGÃO ELETRÔNICO COREN-RS Nº 03/2015

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ Nº. _____ / _____ - _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

ESPECIFICAÇÃO	Valor total global
Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de seguro automotivo, total e contra terceiros, em todo o território nacional, para 13 (treze) veículos da frota do COREN-RS.	R\$(valor por extenso)

- Valor máximo do prêmio: R\$.....(valor por extenso);
- Valor máximo da franquia para Fiat Uno: R\$(valor por extenso);
- Valor máximo da franquia para Renault Sandero: R\$(valor por extenso);
- Valor máximo da franquia para Ford Focus: R\$(valor por extenso);
- Validade da Proposta: ____ (____), observado o prazo mínimo de sessenta (60) dias.
- Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Declaramos conhecer e nos submetemos integralmente a todas as demais cláusulas e condições do presente edital.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA
ANEXO IV

DECLARAÇÃO RELATIVA À MÃO DE OBRA (MENOR)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2015

....., inscrito no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador do RG nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

....., em.....de.....de 2015.

(assinatura do representante legal da empresa proponente e carimbo)

(OBSERVAÇÃO: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

ANEXO V - MODELO DA DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO E
IDONEIDADE

Declaração de Compromisso e Idoneidade

A _____ (razão social), inscrita no CNPJ/MF nº. _____, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, declara sob as penalidades da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 03/2015 que:

- os documentos que compõem o edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações;
- não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal; e
- inexistem fatos impeditivos à sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de 2015.

Representante Legal
(nome/cargo/assinatura)

(OBS: DEVERÁ SER EM PAPEL TIMBRADO E ASSINADO PELO REPRESENTANTE LEGAL DA PESSOA JURÍDICA OU PROCURADOR CREDENCIADO, DESDE QUE TENHA PODERES ESPECÍFICOS OUTORGADOS EM PROCURAÇÃO A SER ENCAMINHADA AO COREN-RS)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

ANEXO VI
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº 0xx/2015

Contrato celebrado entre o CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (COREN-RS) e a pessoa jurídica (...).

O **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM RIO GRANDE DO SUL - COREN-RS**, entidade fiscalizadora do exercício profissional ex vi da Lei nº. 5.905, de 12 de julho de 1973, com sede na Av. Plínio Brasil Milano, 1155 - Higienópolis - Porto Alegre-RS, CEP 90520-002, CNPJ nº 87.088.670/0001-90, representado, neste ato, por seu Presidente **DANIEL MENEZES DE SOUZA**, brasileiro, enfermeiro, inscrito no COREN-RS sob o nº 105.771, e seu tesoureiro **RICARDO AREND HAESBAERT**, brasileiro, enfermeiro, inscrito no COREN-RS sob o nº 35.011, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **XX**, com sede na Rua **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nº **XX**, Bairro **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, na cidade **XXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por seu representante legal, Sr(a). **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da cédula de identidade nº **XXXXXXXXXXXX** e inscrito no CPF sob nº **XXXXXXXXXXXX**, resolvem celebrar o presente contrato, na forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global, decorrente do Processo Administrativo nº 31 9/15, observadas as especificações constantes do Termo de Referência, regido pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/02, dos artigos 757 a 802 da Lei Federal 10.406/02, Código Civil, e demais disposições do Decreto nº 60.459/67, que regulamenta o Decreto-Lei nº 73/66, das Condições Contratuais de Seguro Compreensivo Padronizado, de acordo com a Circular SUSEP nº 321, de 21 de março de 2006, da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados 117/04, do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2015, e da proposta vencedora a que se vincula, através das demais cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1 O presente objeto contratual visa a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de seguro automotivo, total e contra terceiros, em todo o



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

território nacional, para 13 (treze) veículos da frota do Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Rio Grande do Sul (COREN-RS), conforme relacionados abaixo:

1.1.1 Unidades: 11 (onze) veículos Fiat Uno Economy com as seguintes e principais características:

- Evo Fire Flex 5P, ano/modelo 2014/2014;
- Motor 1.4, 88 cavalos, 8v com tração dianteira;
- Cinco portas, carrocerias monobloco, dois volumes;
- Combustível gasolina e álcool (flex);
- Ar condicionado;
- Trava elétrica nas portas;
- Alarme;
- Vidro elétrico nas portas dianteiras.

1.1.2 Unidade: 01 (um) veículo Renault Sandero Expression com as seguintes e principais características:

- Hi-Flex, ano/modelo 2010/2011;
- Motor 1.0, 76 cavalos, 16v com tração dianteira;
- Cinco portas, carrocerias monobloco, dois volumes;
- Combustível gasolina e álcool (flex);
- Ar condicionado;
- Vidro elétrico nas portas dianteiras;
- Trava elétrica nas portas;
- Alarme perimétrico.

1.1.3 Unidade: 01 (um) veículo Ford Focus Sedan com as seguintes e principais características:

- Modelo 2L FC FLEX, ano/modelo 2013/2013;
- Motor com potência mínima de 148 cavalos;
- Quatro portas;
- Combustível gasolina e álcool;
- Transmissão automática;
- Freios ABS;
- Ar condicionado quente e frio;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

- Direção hidráulica;
- Travas e vidros elétricos;
- Barras longitudinais no teto;
- Airbag duplo frontal;
- Roda de liga leve;
- Alarme com controle remoto.

ÍTEM	DADOS DOS VEÍCULOS
01	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574780, Renavam 01004387706, Placas IVM 5491
02	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574832, Renavam 01004387005, Placas IVM 5445
03	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574747, Renavam 1004390693, Placas IVM 5513
04	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574466, Renavam 01004390626, Placas IVM 5517
05	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574783, Renavam:01004389083, Placas IVM 5490
06	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574676, Renavam 01004388613, Placas IVM 5492
07	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574723, Renavam 01004391010, Placas IVM 5518
08	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BF195173E0575128, Renavam



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

	01125068326, Placas IVT 6525
09	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574673, Renavam:01004390138, Placas IVM 5516
10	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574672, Renavam 01004391142, Placas IVM 5521
11	Automóvel Fiat Uno Economy 1.4 8V, ano 2014/2014, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica, Chassi 9BD195173E0574680, Renavam:01004388338, Placas IVM 5474
12	Automóvel Renault Sandero Expression 1.0 16V, ano 2010/2011, cor branca, 05 portas, 05 lugares, 04 cilindros, álcool/gasolina, câmbio mecânico, injeção eletrônica multiponto e equipamentos padrão, Chassi 93YBSR7RHB663570, Renavam 259317730, Placas IRI 6223
13	Automóvel Ford Focus, ano 2013/2013, cor preta, 04 portas, 05 lugares, álcool/gasolina, câmbio automático, injeção eletrônica, Chassi 8AFT77FFCDJ152749, Renavam 00569037549, Placas IUT 0390

CLÁUSULA SEGUNDA - DA COBERTURA E ASSISTÊNCIA

2.1 O seguro deve ser realizado de acordo com o valor determinado, na modalidade “frota”.

2.2 O tipo de cobertura será total e/ou abrangente.

2.3 A importância assegurada para cada veículo será determinada pelo valor de mercado constante da tabela FIPE, observado o limite do valor individual de franquia.

2.4 As coberturas serão cotadas levando em consideração os seguintes valores:

- a) CASCO (Colisão, incêndio, explosão, furto e roubo): valor do mercado 100%;
- b) RCF/DMT (Danos Materiais a Terceiros): R\$ 100.000,00 (por veículo);
- c) RCF/DPT (Danos Pessoais a Terceiros): R\$ 100.000,00 (por veículo);
- d) RCF/DM (Danos Morais a Terceiros): R\$ 50.000,00 (por veículo);



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

- e) APP/MORTE (Acidentes Pessoais Passageiros): R\$ 25.000,00 (por ocupante);
- f) APP/INVALIDEZ (Acidentes Pessoais Passageiros): R\$ 25.000,00 (por ocupante);
- g) DMH (Despesas Médicas Hospitalares): R\$10.000,00 (por ocupante).

2.5 O valor da franquia, em caso de sinistro é de **XXXXX** para cada unidade do item 1.1.1 e, **XXXXX** para o item 1.1.2 e **XXXXX** para o item 1.1.3.

CLÁUSULA TERCEIRA - PARÂMETROS DA COBERTURA

3.1 O seguro deverá cobrir também os itens abaixo relacionados:

- a) colisão, incêndio, explosão, furto e roubo, bem como danos causados por tentativa de furto e/ou roubo, incluindo os vidros;
- b) abaloamento;
- c) capotagem;
- d) queda de precipícios e de pontes;
- e) queda accidental sobre o veículo de qualquer objeto ou substâncias que dele não faça parte integrante e não esteja nele afixado;
- f) granizo;
- g) furacão;
- h) terremoto;
- i) submersão total ou parcial;
- j) cobertura de vidros e retrovisores;
- k) prestação de serviços de socorro ou salvamento decorrente de um dos riscos cobertos;
 - i) prestação de assistência de emergência 24 (vinte e quatro) horas para veículos, passageiros e motoristas;
 - j) carro reserva 15 (quinze) dias;
 - l) guincho 200 Km (duzentos quilômetros), considerado a vinculação do veículo à subseção/sede.

CLÁUSULA QUARTA - ESPECIFICAÇÃO DAS COBERTURAS:

4.1 Colisão, incêndio, explosão, furto e roubo

- a) Danos causados no próprio veículo;
- b) Casco e demais superfícies;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

c) Vidros e retrovisores.

4.2 Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCF-V

4.2.1. Danos Pessoais/Corporais (DC);

- a) Morte;
- b) Invalidez Permanente e Parcial;
- c) Danos Morais.

4.2.2. Acidentes Pessoais Passageiros - APP

- a) Morte;
- b) Invalidez Permanente e Parcial;
- c) Despesas Médicas e Hospitalares.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 São responsabilidades da CONTRATADA:

5.1.1. Proceder aos consertos obrigatoriamente em concessionária autorizada ou em empresa credenciada indicada pela CONTRATADA, desde que tenha a aprovação do CONTRATANTE, e a reposição de peças seja efetuada mediante utilização de peças originais;

5.1.2 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados;

5.1.3 Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data da assinatura do contrato;

5.1.4 Indicar o representante legal da CONTRATADA para orientar, acompanhar e instruir procedimentos relacionados a eventuais sinistros envolvendo a prestação de serviço contratado;

5.1.5 Ressarcir os eventuais prejuízos ao CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas pelos empregados ou prepostos da CONTRATADA na execução dos serviços contratados;

5.1.6 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados;

5.1.7 Garantir, em caso de perda total, a cobertura de 100% (cem por cento) do valor fixado pela Tabela FIPE;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

5.1.8 Emitir apólice de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União;

5.1.9 Prestar atendimento imediato no caso de sinistro, mantendo central telefônica 24 (vinte e quatro) horas para atendimentos para a assistência mecânica e socorro, inclusive guincho, em todo o território nacional;

5.1.10 Disponibilizar guincho até o limite de 200 km (duzentos quilômetros), considerado a vinculação do veículo à subseção/sede;

5.1.11 Fornecer, gratuitamente, veículo reserva similar ao veículo segurado pelo período de 15 (quinze) dias sucessivos, em caso de roubo, furto e sinistro com perda total;

5.1.12 Indicar 01 (um) profissional de seu quadro funcional para ser o responsável junto ao CONTRATANTE e responder pela correta execução dos serviços, disponibilizando e-mail e telefone;

5.1.13 Não transferir a terceiros o presente contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento expresso do CONTRATANTE;

5.1.14 Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento em razão do presente contrato;

5.1.15 Solicitar, se necessário, esclarecimentos para o regular cumprimento dos termos contratuais;

5.1.16 Pagar todos os tributos, impostos, taxas, encargos sociais, previdenciários e fiscais, além de despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do contrato;

5.1.17 Apresentar, durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na presente contratação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e outros;

5.1.18 Cumprir e fazer cumprir leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações das autoridades competentes, cabendo-lhes total responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão sua ou de seus prepostos;

5.1.19 Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.20 Indexar as importâncias seguradas em conformidade com a legislação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

5.2. São responsabilidades do CONTRATANTE:

5.2.1 Comunicar à CONTRATADA a ocorrência de eventuais sinistros, durante a vigência do Contrato a ser firmado;

5.2.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato a ser firmado e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

5.2.3 Designar representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

5.2.4 Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias em relação aos veículos.

CLÁUSULA SEXTA - DO AMPARO LEGAL E DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

6.1 A lavratura do presente contrato decorre dos autos do Processo Administrativo COREN-RS nº. 319/15, regido pela Lei nº. 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações, e legislação pertinente.

6.2 As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações ulteriores e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO, CONDIÇÕES e DATA DE PAGAMENTO.

7.1 O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, após a assinatura do contrato e entrega das apólices, em 04 (quatro) parcelas iguais, através de boletos bancários, que deverão ser apresentados no Departamento Financeiro do COREN-RS, bem como a Fatura, que deverá ser emitida em 02 (duas) vias, devendo conter no corpo da Fatura, a descrição do objeto, o número do contrato, número da Ordem de Serviço, o número da Nota de Empenho, com o código de barras para pagamento.

7.2 Na hipótese da Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, o Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, de acordo com o relatório emitido pela Tesouraria, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que o Contratante terá o prazo de cinco 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e o pagamento.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

7.3 O pagamento será efetuado em moeda nacional, após efetivamente atestado pelo fiscal do contrato.

7.4 O COREN-RS reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a CONTRATADA não tiver prestado o serviço conforme o objeto contratado.

7.5 O pagamento somente poderá ser efetuado se a contratada estiver em situação fiscal regular, mediante comprovação através das seguintes certidões:

- a) prova de regularidade para com a Fazenda Nacional e a Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- b) prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT);
- c) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS).

7.6 A empresa contratada deverá reter na nota fiscal os tributos incidentes sobre o fornecimento do produto, quais sejam, IR (Imposto de Renda), contribuições para o PIS/PASEP, COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), considerando o disposto na Lei nº 9.430/96, Lei nº 10.833/2003, com última alteração pela Lei nº 12.207/11 e Instrução normativa nº 1234/12 e a natureza jurídica autárquica do contratante.

7.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo COREN-RS, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% a.a (seis por cento ao ano).

7.8 A impossibilidade de emissão dos documentos referidos anteriormente, quando de responsabilidade da CONTRATADA, importará na suspensão do pagamento até a correção do problema que a tenha causado, podendo resultar, ainda, na rescisão contratual.

7.9 Os documentos fiscais devem ser emitidos, obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ constante neste contrato, apresentado por ocasião da fase de



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

habilitação no processo de licitação, sendo proibida sua substituição por outro número, mesmo que de filial da CONTRATADA.

7.10 A CONTRATANTE realizará a retenção na fonte dos tributos e contribuições relacionados nas disposições dos órgãos fiscais e fazendários, de acordo com as normas vigentes.

7.11 A CONTRATANTE deve aferir a documentação recebida e, no caso de verificar erro ou omissão, ou outra situação que desaconselhe o pagamento, deve devolvê-la, em 5 (cinco) dias úteis, instruída com os dados sobre o que motivou a sua rejeição, para que a CONTRATADA providencie, no mesmo prazo, as retificações, reabrindo-se prazo para pagamento com a nova apresentação.

7.12 A suspensão do pagamento e a devolução da documentação de cobrança, não autoriza a CONTRATADA a suspender a cobertura contratual.

7.13 O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, iniciando-se na data de assinatura do referido contrato, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses.

8.2 Não será concedido reajuste ou correção monetária dos valores contratados caso a vigência seja inferior a 1 (um) ano.

8.3 No caso de prorrogação contratual, com vigência superior a 1(um) ano, poderá ser concedido reajuste pelo índice acumulado anual do IGPM-FGV ou, se este for extinto, por outro que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 Durante a vigência do contrato, sua execução será acompanhada e fiscalizada por empregado (a) do quadro de pessoal da CONTRATANTE, nomeado fiscal da execução do contrato através de Portaria.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

9.2 A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul - COREN-RS, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ATESTAÇÃO DAS NOTAS FISCAIS/FATURAS

A atestação da nota fiscal/fatura correspondente a prestação do serviço caberá ao Fiscal da Execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta do **Código de Despesas nº. 6.2.2.1.1.33.90.39.002.022 - Seguro de Bens Móveis.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO E EFICÁCIA

Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato no "Diário Oficial da União", a qual é condição indispensável para sua eficácia, até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do parágrafo único, do artigo 61, da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883/94 e pela Lei n.º 9.648/98.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1 Nos termos da Lei nº. 8.666/93 ficará impedida de licitar e contratar com o Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul - COREN-RS pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais penalidades legais, sendo garantido o direito à ampla defesa, a CONTRATADA que:

- 14.1.1** Deixar de entregar documentação requerida para a contratação regular;
- 14.1.2** Apresentar documentação falsa;
- 14.1.3** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.4** Não mantiver a proposta;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

14.1.5 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.6 Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.7 Fizer declaração falsa;

14.1.8 Cometer fraude fiscal.

14.2 A CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

14.2.1 Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

14.2.2 Multa de:

a) 0,03 % (três centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor do contrato, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço limitada a incidência até o 30º (trigésimo) dia;

b) 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor do contrato, após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado na prestação do serviço;

c) 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, no inadimplemento total do contrato e/ou no descumprimento das obrigações assumidas.

14.3 No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado proporcional ao inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

15.1 A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

15.2 A rescisão deste contrato poderá ser:

15.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a Contratada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

15.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração do Contratante;

15.2.3 Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

15.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do Contratante.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 Quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução deste Contrato serão dirimidas no Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do disposto no art. 55, § 2º da Lei nº. 8.666/93, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois e lidas, são assinadas pelas representantes das partes, Contratante e Contratada, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Alegre, **xxx de xxx de** 2015.

Contratante

Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul - COREN-RS

Daniel Menezes de Souza

Presidente

Contratante

Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul - COREN-RS

Ricardo Arend Haesbaert

Tesoureiro

Contratada

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:

1.

2.